

Sarney

Quando o chefe de Estado diz, à Nação, que não pediu para ser presidente, suscita de maneira inescapável a pergunta: quem o fez vice-presidente da República contra sua vontade? Se o sr. José Sarney quer deixar claro que sua única intenção foi a de ser o substituto eventual de Tancredo Neves, sendo levado à curul presidencial pela força de tragédias, circunstâncias, não necessitaria fazê-lo. Toda a Nação o sabe e nós próprios, destas colunas, bem antes da eleição, quando se cogitava do nome do senador maranhense para companheiro de chapa do governador-mineiro, lembrávamos a delicadeza da escolha, pois as leis da probabilidade indicavam ser provável a assunção do vice-presidente à Presidência. Que deseja dizer, porém, o presidente da República, quando diz que não vai "pedir para não ser presidente, por causa das dificuldades"? Que não renunciará ao mandato? Se essa é a interpretação, então a crise é mais séria do que pode parecer, pois a frase presidencial indicaria que o chefe do governo dá atenção a boatos. E no entanto é sobre rumores que se está construindo o aspecto aparente da crise — que é profunda e grave e por sé-lo ameaça atingir as instituições. Por isso, não são palavras lançadas ao vento que poderão mudar o rumo dos acontecimentos, como se a Presidência da República pudesse ser um palco ocupado por ator não profissional empenhado em desempenhar sofrivelmente o papel de Cyrano de Bergerac, a desafiar quantos falavam de seu nariz — no caso, do mandato presidencial.

Em vez de comunicar à Nação que não vai "pedir para não ser presidente" — ato impensável —, o presidente da República deveria capacitar-se de que só ganhará a estatura que é própria dos chefes de Estado se souber fortalecer a Presidência com atos e não com palavras. Ora, a Nação sabe que, até agora, o que o sr.

José Sarney fez, desde que a fatalidade o levou ao lugar que afirma não haver postulado, foi dividir a Presidência com o sr. Ulysses Guimarães e com o PMDB. Por mais que se insistisse o chefe do governo a assumir suas reais funções — quase imperiais, dado o entulho autoritário que muito manhosamente o Executivo e o PMDB deixaram sobreviver —, o sr. José Sarney preferiu realizar manobras; não, porém, aquelas inspiradas por uma grande estratégia, mas as de alcance limitado, de província. O resultado foi que a longa experiência pessedista do sr. Ulysses Guimarães, ao lado do ímpeto ideológico dos que sempre contestaram a legitimidade do mandato presidencial, acabou por fazer que a síndrome da interinidade se transformasse em traço marcante da ação do chefe do Executivo.

A ameaça de crise institucional decorre daí: a esquerda do PMDB, aliada ao sr. Ulysses Guimarães, soube perceber que se ia criando vazio de poder no Executivo, cujo chefe está preocupado com coisas menores. Quando se olha para trás, que se vê? Até fevereiro de 1986, o desgaste dir-se-ia irreversível da pessoa do presidente da República, desgaste do qual se aproveitavam os caciques do PMDB para posar de líderes da oposição, embora houvessem ocupado o Ministério da Fazenda ao indicar para lá o Merlin das finanças e os "economistas" da Unicamp (os cavaleiros da nova Távola Redonda, em cujas reuniões, de quando em quando, aparece a lacrimosa Fada Morgana). Quando se deu o milagre do Plano Cruzado (a fugaz visão do Santo Graal), o prestígio do presidente subiu aos céus. Ao decretar, porém, o Cruzado II, o presidente Sarney comprometeu-se irremediavelmente com a impopularidade — e jogou a esquerda do PMDB contra sua política, uma vez mais. Esse grupo aguerrido, pequeno mas audaz, só não reti-

rou completamente sua solidariedade ao presidente da República porque espera manter alguns postos importantes no poder, e porque ainda não conseguiu saber como conduzir a sucessão. A indecisão do Executivo — traço marcante da personalidade do sr. José Sarney — soma-se a inação tática da esquerda do PMDB. Não apenas essa inação; mais importante, ainda, a paralisia do centro democrático, que não decide em favor de que causa se pronunciar.

Haverá, aliás, causa em favor da qual o centro democrático se possa engajar, se o chefe do Executivo — que se esperava fosse representá-lo — tem a preocupação de passar à história como Juscelino Kubitschek, o que construiu a Belém-Brasília? Mais ainda, diríamos nós: quer ser não só comparado a JK, mas ser maior do que ele, pois já determinou os estudos para a construção da linha do "trem-bala", que irá ligar Araraquara (SP) ao Rio de Janeiro! Duas obras desse vulto num governo que decretou moratória realmente são para consolidar a imagem de quem autoriza tamanha insensatez! Por isso, o centro democrático está inerte, permitindo que em submissão se aprovelem propostas que, aceitas pela Assembléia Nacional Constituinte, significarão o fim da livre iniciativa no Brasil.

O presidente da República vê conspirações por toda a parte, diz que não se importa com a duração de seu mandato, que deseja igual ao de seus sucessores; ao mesmo tempo confessa que não vai pedir para deixar o Palácio do Planalto. Ao acumular palavras sobre palavras — esquecendo-se de que elas têm conteúdo e consequência — e ao determinar obras sobre obras para aumentar o número dos pobres a quem destinará cada vez mais leite, s. exa. apenas agrava a crise, porque debilita a Presidência da República. Ora, ao fazê-

lo, compromete a segurança do Estado, porque enfraquece as instituições.

O presidente não deve renunciar — seria atitude sem sentido, que apenas precipitaria o País ao caos (coisa que muitos desejam). Deve, isto sim fortalecer a Presidência, governando. Para governar, no entanto, o presidente Sarney deve recuperar a credibilidade da Nação — e estamos certos de que não o fará construindo o Norte-Sul ou o "trem-bala". Perdido na miragem dessas obras que provocam cada vez maior desgaste para seu governo, s. exa. não vê que se faz mister dar à Nação o respiro de que ela necessita para enfrentar a tempestade que a espera na hipótese de o aumento da taxa de juro nos Estados Unidos comprometer a viabilidade de qualquer acordo com os credores.

Ora, nesse quadro difícil de traçar com precisão, o chefe do governo só tem uma saída, que lhe dará autoridade para conduzir a crise, impedir que as instituições se esfrangalhem e levar o centro democrático a assumir ostensivamente sua função. Essa saída é antecipar-se aos fatos e convocar as eleições diretas para a Presidência da República. Essa convocação o libertará definitivamente das pressões e chantagens que sobre ele se exercem. Livre delas, poderá então constituir um Ministério de Salvação Nacional, enfrentar a crise adotando as providências de austeridade que se fazem mister, e deixar à posteridade não a imagem de um presidente irresoluto, que não vai pedir para não ser presidente; mas que resgata as instituições e o prestígio da Presidência comunicando ao Congresso que o mandato que afirma não haver postulado termina em dia certo, fixado por ele.

Esta é a única saída para a crise institucional. Hesitar em adotá-la será contribuir para tornar frágeis as bases do Estado.